

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARARANGUÁ

Marisa Bender¹, Rui Batista Antunes¹, Ciro Loureiro Rocha¹, Guilherme Xavier de Miranda Junior¹, Ademir Motta da Silva²

Resumo - A importância da água para todos os seres vivos é vital, por isso requer uma gestão efetiva através de ações integradas e participativas que garantam a proteção do sistema natural aliado ao desenvolvimento social e econômico. Em virtude da falta de uma tradição política e educacional de preservação dos recursos hídricos, foram consolidadas práticas conflitantes nos muitos e variados usos da água pela sociedade, inviabilizando seu acesso a todos os usuários. Partindo do pressuposto de que para proteger e conservar os recursos hídricos é preciso conhecê-los, foram realizados estudos técnicos na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, que contribuíram para o conhecimento da situação de seus cursos de água. Estes estudos subsidiaram a implementação de um programa de mobilização social na bacia, onde os diversos agentes, puderam analisar e discutir as alternativas para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis e as soluções para os conflitos existentes. Neste sentido, dentro dos objetivos do programa constava o de realizar um processo de mobilização social capaz de sensibilizar os diversos agentes intervenientes na bacia, de forma a concatenar os esforços convergindo com a implementação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.

1 - INTRODUÇÃO

A água, como um bem econômico e um recurso finito e vulnerável, essencial para a sustentação da vida, requer uma gestão efetiva através de ações integradas e participativas que protejam os ecossistemas naturais, e ao mesmo tempo propiciem o desenvolvimento social e econômico.

Em virtude da falta de uma tradição política e educacional de preservação dos recursos hídricos, foram consolidadas práticas conflitantes nos muitos e variados usos da água pela sociedade, inviabilizando seu acesso a todos os usuários.

Vivemos sob a crença de que certos recursos naturais, como a água, não têm valor econômico, devendo ser usados gratuitamente, no entanto, há que se considerar que nem sempre a água está disponível para uso no local e no instante desejado, e na quantidade e qualidade requeridas. Os múltiplos usos dos recursos hídricos nas atividades humanas podem ser, muitas vezes, concorrentes entre si, criando situações potenciais de conflitos entre usos e usuários.

A educação é o insumo básico para a uniformização dos conceitos a serem transmitidos aos diversos tipos de usuários em todos os níveis de atuação, tanto individual como institucional. Neste sentido, foram realizados estudos técnicos na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, que contribuíram para o conhecimento da situação de seus cursos de água.

Dentro dos estudos realizados existia um componente que era o de mobilizar usuários, comunidade em geral e órgãos governamentais com o objetivo de: primeiro mostrar a situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, e segundo sensibilizar para a importância de integrar a sociedade para a implantação de um Comitê de Gerenciamento para a bacia em estudo.

2 - METODOLOGIA

A Bacia do Rio Araranguá encontra-se localizada no Sul do Estado de Santa Catarina entre os paralelos 28° 30' e 29° 20' S, na divisa com o Rio Grande do Sul e entre os meridianos 49° 15' e 50° W. Esta bacia faz parte do sistema da vertente atlântica e compõe, juntamente com as bacias dos rios Urussanga e Mampituba, a Região Hidrográfica Estadual do Extremo Sul Catarinense. A bacia apresenta uma área de drenagem de 3020 km², uma densidade de drenagem de 1,95 km/km², sendo de 5021 km o comprimento de seus cursos d'água, correspondendo a 3,17% da área de todo o Estado de Santa Catarina.

Esta bacia foi escolhida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (SDM) como piloto para a elaboração do Zoneamento das Disponibilidades Quantitati-

¹Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM - Diretoria de Recursos Naturais e Gestão Ambiental - DIMA - Gerência de Gestão de Recursos Hídricos; Rua Osmar Cunha, 183-Ed.Ceisa Center, Bloco B, 6. Andar, 88020-010; Florianópolis-SC. Fone:(048) 224-6166-FAX:(048) 222-4973- E.mail:gehid@climerh.rct-sc.br

² Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC-Av.Universitária, 1106-Bairro Universitário-Caixa Postal-3167 -88.805-000-Criciúma-SC.

vas e Qualitativas, tendo em vista as condições adversas que apresenta e o empenho da comunidade local no sentido de buscar alternativas para implantar nela um sistema de gerenciamento.

Este estudo identificou um grande uso de água nas atividades de irrigação, abastecimento urbano e industrial, que provocam conflitos em decorrência da demanda em situação de estiagem ultrapassar em muito a vazão disponível. A intensa poluição dos recursos hídricos atua como agravante, já que o uso da água, em determinadas situações fica inviabilizada. A extração e o beneficiamento do carvão atua como a principal fonte poluidora da bacia, sendo responsável pelo fato da mesma, juntamente com outras bacias, ser considerada a décima quarta área crítica de degradação ambiental do país. O uso de agrotóxicos, principalmente na lavoura de arroz, os despejos de esgotos domésticos e de efluentes industriais e a salinização do rio próximo a sua foz completam o quadro de comprometimento dos recursos hídricos da bacia em estudo.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (SDM), como órgão gestor dos recursos hídricos, e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos procuram, de acordo ao que esta contemplado nas legislações federal e estadual sobre recursos hídricos, no que diz respeito a criação de Comitês de Bacias hidrográficas, fazer um trabalho de mobilização da sociedade no sentido de conscientizar, no verdadeiro sentido da palavra, mostrar o conhecimento e a importância desta mobilização (mobilizar a ação), integração (integrar a ação) para que haja uma educação (educar para a ação).

Em primeiro lugar, procura fortalecer o envolvimento efetivo da comunidade, no sentido de que as mudanças devem ser construídas de baixo para cima e por cidadãos que se disponham a atuar coletivamente, visando alcançar propósitos compartilhados. Em segundo lugar, buscar um elemento aglutinador capaz de conquistar o interesse da maioria dos usuários envolvidos numa determinada unidade de gestão. E, em terceiro lugar, promover a articulação entre poder público, sociedade civil e poder econômico para o sucesso do gerenciamento na utilização múltipla, proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos.

Como contrapartida, a Secretaria fornece todo o apoio legal e institucional necessário, além de viabilizar recursos técnicos e financeiros para elaboração de projetos que forneçam subsídios para a solução dos problemas sócio-ambientais mais expressivos no contexto da bacia.

Buscou-se no primeiro momento do curso, definir alguns conceitos básicos na tentativa de evitar equívocos conceituais, em segundo apresentar alguns resultados técnicos do Zoneamento das Disponibilidades Hídricas da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, em terceiro encontrar um elemento motivador de interesses capaz de atrair os atores que poderiam contribuir na organização de um Grupo Pró-Comitê e, finalmente discutir os procedimentos do trabalho de promoção propriamente dito.

Após a apresentação dos instrumentos de gestão previstos na Lei Federal 9.433 e na Lei Estadual 9.748, sobre recursos hídricos, incluindo as formas de mobilização da sociedade, comitês, agências, consórcios, associações, etc, bem como, suas composições, estruturas e a importância de serem criados mobilizando a sociedade de acordo com experiências já vividas durante o processo de implantação de outros comitês de bacias no Estado, a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), apresentou alguns resultados dos estudos técnicos, realizados por um grupo multidisciplinar, enfocando principalmente os aspectos qualitativos, as áreas em conflito de uso, as áreas críticas frente à degradação da qualidade das águas superficiais e o potencial hidrogeológico para abastecimento público.

A conscientização do público presente sobre as alterações das características naturais das águas, implicando na desqualificação paulatina dos mananciais para uso, foi importante para estimular nos participantes uma nova consciência individual e coletiva, uma vez que alguns serão selecionados como reeditores do processo e, também para o entendimento de que conflitos pontuais vivenciados por pequenas comunidades afetam a bacia hidrográfica como um todo, já que os problemas de poluição se refletem na totalidade da bacia.

No decorrer das discussões, chegou-se ao consenso de que o elemento principal e capaz de mover ações é decorrente da poluição dos recursos hídricos, causada principalmente pela mineração/beneficiamento do carvão mineral. Em segundo plano os conflitos gerados pelo uso destes recursos para o abastecimento e para a irrigação do arroz, principal produto cultivado na bacia.

Em função deste dois e principais problemas levantados e que tem gerado alguns debates públicos em busca de soluções, entendeu-se que a sociedade local teria disponibilidade para participar de um processo de discussão de ações para solução dos mesmos e que o Comitê seria o fórum adequado, além de propiciar os meios para orientar as ações dos órgãos governamentais na bacia.

3 - RESULTADOS E CONCLUSÃO

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Gramado, RS, de 5 a 8 de Outubro de 1998

Como resultado do curso de mobilização, observou-se que a comunidade (usuários, organizações da sociedade civil e representantes de órgãos governamentais) puderam compreender a importância de se organizarem no sentido de criar uma vontade única capaz de solucionar os problemas da bacia. Esta vontade já existia mais de forma setORIZADA e justamente o curso serviu para despertar a necessidade de criação de um organismo forte e solidificado para resolver os problemas na bacia que somente poderão ser realizadas através de soluções integradas e participativas entre todos. Ficou patente, também, que o sucesso de implantação de um comitê depende em muito da vontade e da integração de todos os agentes envolvidos, para que nasça e cumpra seu objetivo e não seja fadado ao fracasso. Ao final do curso a UNESCO, com seu papel de agente local contribuidor na geração e divulgação de conhecimentos, propôs a articulação de uma estrutura de apoio à implementação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, bem como foi criado um Grupo Pró-Comitê que irá trabalhar até a implantação oficial do mesmo. Concluindo, acreditamos, que a formação de organizações com o propósito de envolver todos membros e usuários de água de uma bacia, já que ela deve ser a unidade básica de planejamento e gestão, é a forma ideal, cujos benefícios imediatos referem-se na descentralização de responsabilidade, na integração e participação de ações frente aos problemas que estão a exigirem soluções eficazes.